

Dom Marcelo Carvalheira: prisão e espionagem em tempos de ditadura

Dom Marcelo Carvalheira: prison and espionage in times of dictatorship

Adauto Guedes Neto *
Samuel Carvalheira de Maupeou **

Resumo

O trabalho em tela tem por objetivo analisar as perseguições sofridas pelo sacerdote Marcelo Pinto Carvalheira durante a ditadura civil-militar brasileira. Para tanto, o recorte da presente pesquisa se concentrou em sua prisão e no processo de espionagem que sofreu pelos órgãos da repressão. As cartas que escreveu quando esteve preso e o prontuário nº 9. 573 elaborado pelo Serviço Nacional de Informações são os documentos dos quais dispomos para, metodologicamente, a partir da análise qualitativa dos dados, proceder à análise crítica do documento e aludir aos meandros que caracterizaram os conflitos entre membros da igreja católica e o governo ditatorial. Com isso, esperamos apresentar alguns dos diferentes tipos de perseguição, sejam as prisões, sejam as espionagens, como estratégia da ditadura para reprimir seus antagonistas.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Igreja Católica. Dom Marcelo Carvalheira.

Abstract

The work in screen has by goal analyze the persecution suffered by priest Marcelo Pinto Carvalheira during the Brazilian civil-military dictatorship. Therefore, the cutout of this research focused on his arrest and the process of espionage he suffered by repressive bodies. The letters that wrote when he was arrested and the medical record nº 9. 573 prepared by the National Information Service are the documents we have at our disposal, methodologically, based on their qualitative analysis, to carry out a critical analysis of the document and allude to the intricacies that characterized conflicts between members of the Catholic church and the dictatorial government. With this, we hope to present some of the different types of persecution, whether prisons or espionage, as a dictatorship strategy to repress your antagonists.

Keywords: Civil-military dictatorship. Catholic church. Dom Marcelo Carvalheira.

Artigo submetido em 30 de março de 2024 e aprovado em 22 de abril de 2025.

* Doutor e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Professor da Secretaria de Educação de Pernambuco - SEE/PE. País de origem: Brasil. ORCID: 0000-0001-6579-3388. E-mail: adautogn1917@gmail.com.

** Doutor e Mestre em História pela Université de Toulouse - Le Mirail - UTM 2 (França). professor adjunto de História da Universidade Estadual do Ceará – UECE. País de Origem: Brasil. ORCID: 0000-0003-1434-2530. E-mail: samuelcdemaupou@yahoo.com.br.

Introdução

Desde que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), posicionou-se contrariamente ao regime militar, no final dos anos 1960, os bispos e padres mais afinados com tal posicionamento (que passariam a ser identificados como "clero progressista"), tornaram-se alvo das comunidades de segurança e de informações" (Fico, 2001, p. 192).

Há 60 anos, o Brasil mergulhou em um dos períodos mais nebulosos da sua história. Com o golpe de 1964, iniciou-se cerca de duas décadas de repressão, perseguições, assassinatos e todas as formas de violações de direitos que caracterizam a ditadura brasileira entre 1964 e 1985.

Sacerdotes católicos, padres ou bispos, leigos e leigas, estiveram entre aqueles mais atingidos pela repressão militar, uma vez que um segmento específico da Igreja Católica se colocara em oposição à ditadura. Conforme nos explica Michael Löwy, “o golpe militar de 1964 e a brutal repressão que se abate sobre toda a oposição, incluindo a esquerda cristã, provoca uma radicalização, que se exprime na participação de muitos cristãos, até mesmo membros do clero, na resistência à ditadura” (Löwy, 2007, p. 417).

Neste sentido, um dos casos mais emblemáticos de atuação do clero contra o regime ditador no Brasil foi o apoio dado pelos dominicanos à Ação Libertadora Nacional - ALN, movimento de guerrilha de São Paulo liderado por Carlos Marighela. O envolvimento dos sacerdotes rendeu a prisão e tortura de alguns deles, tendo sido o caso de Frei Tito de Alencar¹ um dos mais impactantes pelas circunstâncias da sua morte. Sob tal contexto, outro dominicano que acabou também sendo preso foi Carlos Alberto Libânio Christo, conhecido por Frei Betto.

Frei Betto foi preso em novembro de 1969 na cidade de Porto Alegre – RS, por sua atuação junto à ALN e, em decorrência da relação com o mesmo, foram detidos, interrogados e presos: Edgar Jotz, Antônio Chechim, Hermano Curtem, Manoel Vasconcellos Valiente, Francisco de Paula Falcão e Castro e o então padre Marcelo Pinto Carvalheira. O inquérito policial militar do DOPS-RS interrogou os referidos presos sobre suas relações com Frei Betto, a ALN e Carlos Marighela.

¹ Para melhor compreensão sobre a relação dos dominicanos com a ALN, a prisão, tortura e morte de Frei Tito, ver: BETTO, Frei. **Batismo de Sangue**: guerrilha e morte de Carlos Marighela. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2021.

Nossa primeira análise no artigo em tela trata do referido contexto a partir das cartas que Marcelo Carvalheira escreveu na prisão. No que concerne ao uso de cartas como fonte de análise, segundo Malatian (2012), “trata-se de documentos escritos com a preocupação de alcançar um destinatário. Tal preocupação os tornam testemunhos de redes de comunicações entre indivíduos e grupos” (Malatian, 2012, p. 203). Percebendo o uso das correspondências a partir dessa perspectiva, para além da individualidade que caracteriza esse documento, teremos a noção dos vínculos nos quais os indivíduos se inserem em dado contexto, bem como das articulações e do alcance social proveniente de tal rede de comunicação e relação. Para além disso, as cartas podem nos conceder os impactos emocionais que tais situações provocavam em tempos de ditadura. De tal forma que, conforme Frei Betto (2017), as cartas, sob tal contexto, são documentos históricos que retratam “as duras provações a que foram submetidos os presos políticos, bem como as lutas de resistência travadas dentro da prisão” (Betto, 2017, p. 12).

Num segundo momento, trataremos da espionagem sofrida por Marcelo Carvalheira a partir de seu prontuário no Serviço Nacional de Informações – SNI, sob o nº 9. 573. Pernambucano de Recife, o referido sacerdote foi ordenado padre em Roma, no ano de 1953. Sua atuação como padre não esteve ligada diretamente a uma paróquia, mas, sobretudo, à formação de padres, pois foi professor de Teologia no Seminário de Olinda, onde mais tarde tornou-se Reitor. Sob o episcopado de dom Helder Camara, também atuou na assessoria do mesmo naquela arquidiocese até meados dos anos 1970. Em 1975, foi nomeado bispo auxiliar da Paraíba e, em 1981, sagrou-se bispo da diocese de Guarabira-PB. O final dos anos 1960 e o início dos anos 1980, é o recorte temporal que compõe nosso estudo através dos documentos que citamos.

Conforme veremos, o referido sacerdote, considerado suspeito de subversão na ótica dos órgãos de espionagem da ditadura, foi constantemente vigiado em atos públicos, nas missas e através dos documentos diocesanos que publicou ou assinou em conjunto com outros bispos. Bauer e Gertz (2012), Silva (2014) e Fico (2001) orientam a perspectiva teórico-metodológica da análise que dispomos para inquirir o prontuário do sacerdote em questão, qual seja, o

entendimento sobre a complexidade da comunidade de informações, as características e a intenção dos documentos produzidos pela burocracia repressora.

Portanto, ao estudarmos a prisão de Marcelo Carvalheira efetuada por agentes da ditadura através das suas cartas, bem como a vigilância à qual foi submetido pelos órgãos de espionagem, tendo em vista os registros que constam em seu prontuário no SNI, sendo assim, uma oportunidade para compreendermos a relação entre segmentos do clero católico e a ditadura civil militar por um viés ainda pouco explorado.

1. Cartas da prisão: relatos pessoais e trama política

Neste extenso rol de casos de perseguição e repressão praticados contra o ainda padre Marcelo Pinto Carvalheira, optamos por nos deter sobre sua prisão ocorrida no final de 1969, inicialmente em Porto Alegre e, em seguida em São Paulo. Pautaremos nossa análise nas seguintes fontes: cartas escritas por ele durante a detenção; inúmeras matérias de jornal publicadas na época; relatos feitos posteriormente por uma testemunha dos acontecimentos.

As primeiras fontes que se destacam são as cartas escritas pelo próprio padre no DOPS de Porto Alegre. Foram preservadas apenas 3 delas nos acervos pessoais da família, uma delas endereçada ao clero de Recife (dom Helder Camara, arcebispo, dom José Lamartine, bispo auxiliar, e aos padres em geral) e outras duas destinadas à família (mãe, irmãos, parentes mais próximos) e a amigos. A prisão ocorreu no início de novembro de 1969, por volta do dia 9, e se estendeu até início do mês de janeiro de 1970. Já tem seu registro pormenorizado na segunda carta preservada, datada do dia 17 e endereçada a arcebispo de Recife e seu clero:

2) 8º Dia no Cárcere do DOPS.

17-XI-69

- A D. Helder. D. Lamartine e aos padres, o meu abraço e a certeza da minha unidade com eles, no Espírito.

Estou, aqui, na prisão, cômico de que cumpro simplesmente o meu dever cristão e sacerdotal: apoiei (sic.) a acolhida de um homem, um irmão (frei Betto), na casa paroquial da Piedade, onde eu me achava alojado. A experiência do cárcere, os interrogatórios, as noites mal dormidas, a lentidão das horas e outras coisas mais, me têm sido uteis e

fecundas: são dom de Deus para purificar nossa fé e nos desapegarem de qualquer outro compromisso que não seja o Evangelho de Jesus Cristo. Sinto o conforto e a consolação do Espírito Santo. Alegro-me enormemente por ser cristão e ser padre. O testemunho de vocês, aí, me sustenta e confirma [...]. Pe. Marcelo Carvalheira. (Carvalheira, 17 jun. 1969).

Esse primeiro relato já insere o acontecimento na trama da perseguição e da repressão policial promovida pela ditadura militar. Trata-se mais especificamente da investida das forças de segurança contra os frades dominicanos em São Paulo e em Porto Alegre, no contexto da operação comandada pelo delegado Fleury contra a ALN e seu líder Carlos Marighela (Folha de SP, 7 jun. 1998, on-line). Dela resultaram a morte de Marighela, a prisão de cerca de 10 pessoas no DOPS de Porto Alegre, entre padres e religiosos, além de mais quase 20 pessoas em São Paulo, entre as quais 4 frades dominicanos, como o Frei Tito de Alencar Lima. No total, foram 7 dominicanos presos, alguns dos quais foram torturados.

Entre os presos em Porto Alegre se encontravam padre Marcelo e frei Betto, frade dominicano. O primeiro estava então hospedado na paróquia da Piedade e abrigou o segundo, que fugia da perseguição em São Paulo e era estudante de Teologia no Seminário Cristo Rei, em São Leopoldo, há poucos quilômetros, onde também padre Marcelo fazia um curso para professores. Ambos acabaram sendo presos com o pároco da Igreja da Piedade, padre Manuel Valiente. Todas essas informações estão fartamente descritas nas dezenas de matérias de jornal disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. No trecho da carta acima, padre Marcelo vincula sua prisão à proteção dada por ele a Frei Betto e a justifica como um compromisso da sua função de padre e cristão.

No dia seguinte, em carta endereçada à família e aos amigos, com menção ao clero de Recife, os detalhes se aprofundam e o vinculam ainda mais à trama da perseguição aos dominicanos e à pessoa de Frei Betto:

3) Cárcere do DOPS, 18.XI.1969.
9º dia de prisão.

- A mamãe, Licinha e Maria José, Miriam, ao pessoal de casa, a todos os manos, parentes e amigos. Também ao querido Arcebispo, a D. Lamartine e aos Padres.[...]

[...] Alegam que estou prêso porque dei apôio a acolhida que se deu a frei Beto (que é um grande cristão) (e a imprensa mente muito a seu respeito...) e, de modo mais caviloso, porque sou padre ligado a D.

Helder, no Recife. Há dias atrás, haviam gravado sermões meus, na Igreja da Piedade. No dia da prisão, os esbirros da polícia, em número de 5, invadiram o aposento que eu ocupava, na matriz da Piedade, revisaram, como cães famintos (sei que eles pessoalmente não têm culpa, eu os amo !) todos os meus livros, escritos e correspondência. Aprenderam (sic.) alguns documentos da CNBB e uma carta de D. Eugênio Sales e outra de D. José Maria Pires, nas quais se falava do nome de D. Helder. Pareceu-me que havia uma hipótese policial militar, segundo a qual seria um elemento do nordeste, mandado por D. Helder, para fazer ligação com grupos revolucionários do Sul. Afinal, a decepção dos inquisidores e dos promotores dessa caçada humana, tem sido grande. Pois nada encontram de concreto, quanto a planos organizados de guerrilha. [...]Afetuosamente, Pe. Marcelo. (Carvalheira, 18 jun. 1969).

Optamos por reproduzir quase que integralmente a carta acima pelo detalhamento da ação da polícia, que gravou seus sermões, revistou seus livros e escritos, bem como apreendeu documentos e cartas. Além disso, ressalta o papel da imprensa na veiculação de notícias incriminadoras, como a que veremos abaixo. Por fim, e talvez de maior relevância, a vinculação do seu nome ao arcebispo dom Helder Camara e a uma suposta articulação com a guerrilha, sobretudo a ALN.

Não por acaso, na mesma data, circulou na *Folha de São Paulo*:

Apreendidas armas no RGS

PORTO ALEGRE (Do correspondente) – A Polícia gaúcha apreendeu numa propriedade rural de Passo Fundo grande quantidade de material bélico da FAB, inclusive um fuzil-metralhadora e instrumentos para orientação de pouso de aviões.

O secretário da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, cel. Jayme Mariath, informou que já tomou as providências cabíveis, embora sem adiantar pormenores.

Ontem o comandante do III Exército, gen. José Campos de Aragão, esteve com o secretário da Segurança Pública, afirmando à imprensa tratar-se de “uma visita de apoio e compreensão a um homem de marcante consciência profissional”. Acrescentou que o III Exército acompanha com interesse as investigações realizadas pela Polícia gaúcha. Ainda continuam presos no DOPS, incomunicáveis, frei Beto, monsenhor Marcelo Pinto Carvalheiro (sic), reitor do Seminário do Nordeste (Recife), frei Hermano Curten e frei Manoel Vasconcelos Valente (Folha de SP, 18 nov. 1969, p. 5).

Há, portanto, uma vinculação explícita de Frei Betto à guerrilha, com respaldo institucional do Exército ao trabalho do DOPS e do secretário. Fala-se de um arsenal bélico, com armamento de grosso calibre e instrumentos de aviação. Esse tipo de notícia repercute em outros periódicos de outros estados do país, como se pode observar nos seguintes títulos de matérias de jornal: *Segurança apresenta as provas do terrorismo* (Diário de Notícias, RS, 20 nov.

1969, 1º cad., p. 7) e *Frei Beto ajudou a fuga de terroristas* (Diário do Paraná, 22 nov. 1969, 1º cad., p. 3). Versão semelhante já havia circulado uma semana antes no *Jornal do Brasil* (RJ), vinculando-o mais diretamente à ALN, a Carlos Marighela e à guerrilha urbana:

Polícia gaúcha afirma que frei Beto pediu até armas

Pôrto Alegre (Sucursal) – Frei Carlos Alberto Cristo (o Frei Beto, que está prêso no DOPS) chegou a pedir dinheiro e armas a Carlos Marighela para criar um núcleo de terrorismo urbano – declarou ontem o Secretário de Segurança, coronel Jaime Mariath, em entrevista à imprensa.

– Marighela não pôde ou não quis atender ao pedido – esclareceu – mas nem por isso frei Beto desvinculou-se do grupo, continuando a desempenhar a missão que lhe fôra confiada, de auxiliar a fuga de agentes subversivos para o exterior.

[...]

Explicou que dois dos cinco padres que continuam detidos – Manuel Vasconcelos Valiente e Marcelo Pinto Carvalheira – são acusados de esconderem o padre dominicano enquanto a polícia o procurava. Reafirmou também que o Arcebispo de Pôrto Alegre, D. Vicente Scherer, está sendo mantido a par das investigações.

[...] (Jornal do Brasil, 13 nov. 1969, 1º Caderno, p. 16).

Observe-se que o mesmo secretário de Segurança que investiga o arsenal bélico roubado da Força Aérea Brasileira (FAB) e armazenado numa propriedade rural também identifica a vertente urbana do suposto movimento revolucionário. Agiriam, portanto, no campo como na cidade. Além disso, os dominicanos estariam, por intermédio de Frei Betto, assumindo a função de facilitar a fuga de militantes ligados à subversão para Uruguai e Argentina e, nesse sentido, padre Marcelo seria o elo entre o Nordeste, sob a liderança de dom Helder, e os dominicanos de São Paulo e, sobretudo, do Rio Grande do Sul, como afirmou na sua segunda carta mais acima.

Esta mesma notícia repercutiu na própria arquidiocese de dom Helder e do padre que estaria a seu serviço no Sul por meio do *Diário de Pernambuco*:

Frade queria guerrilha

Pôrto Alegre (Meridional-DP) – Carlos Alberto Cristo – Frei Beto – responsável pelo “Esquema de Fronteiras” do terrorismo, queria para já o início da guerrilha urbana no Rio Grande do Sul, tendo, inclusive, solicitado dinheiro e armas ao chefe terrorista Carlos Marighela, no que foi atendido, segundo revelou o secretário de Segurança Pública, coronel Jaime Mariath

[...] (Diário de PE, 14 nov. 1969, p. 1).

O que o próprio Frei Betto, quase 30 anos mais tarde, reconheceu,

negando, entretanto, a vinculação com armas e guerrilha. Ressalta, portanto, o chamado “esquema de fronteiras” em entrevista concedida à *Folha de São Paulo* em 7 de junho de 1998, publicada sob o título *O elo dominicano*:

Nunca pegamos em armas, nunca participamos de operações militares. Porém, apoiamos no sentido de acolher, de dar fuga, de abrigar, de arrumar papéis para poderem sair do país. Eu, especificamente, montei um esquema no Rio Grande do Sul para ajudá-los a sair do Brasil clandestinamente pela fronteira com o Uruguai e com a Argentina [...] (Folha de SP, 7 jun. 1998, on-line).

Rebate, assim, o manuseio das armas, mas reafirma a criação de um esquema de travessia da fronteira para países vizinhos que ainda não viviam um regime ditatorial. Nesse sentido, a repressão não estava de todo equivocada ao identificar a ocorrência dessa estreita relação entre os dominicanos de SP e do RS e a ALN de Carlos Marighela. Além disso, a relação com padre Marcelo também não era de todo inexistente, já que o próprio Frei Betto reconhece acima a cobertura que lhe foi dada pelos padres Manuel Valiente, espanhol e pároco da Igreja da Piedade, em Porto Alegre, e Marcelo Carvalheira:

Perseguido pela repressão da ditadura militar em 1969, transferi-me de São Paulo para São Leopoldo (RS), matriculado no curso de teologia dos jesuítas. No seminário Cristo Rei funciona também um curso para reitores de seminários. Ali conheci padre Marcelo Carvalheira, reitor do Seminário Regional do Nordeste, no Recife, e assessor de Dom Helder Camara.

Em novembro, escapei do cerco da repressão da ditadura e, graças ao padre Marcelo, me refugiei na igreja da Piedade, em Porto Alegre, cujo pároco, padre Manuel Valiente, atendeu ao apelo de me socorrer. Dias depois fomos os três presos.

Padre Marcelo foi duramente interrogado, tanto no DOPS de Porto Alegre quanto no de São Paulo, ao qual fomos transferidos no início de dezembro. O alvo das perguntas não era nem ele nem eu. Era Dom Helder Camara. Os policiais queriam saber quem eram “as amantes de Dom Helder; de onde ele tira tanto dinheiro para constantes viagens ao exterior” etc.

Padre Marcelo jamais perdia a calma nem seu jeito de príncipe florentino. Respondia com ironia, e defendia com ardor o arcebispo de Olinda e Recife, qualificado pela ditadura de “bispo vermelho”.

A prisão selou o caráter fraterno de nossa amizade (Betto, 2017, on-line).

O trecho acima foi retirado de um artigo escrito por Frei Betto sob o título *Dom Marcelo Carvalheira, cristão intransigente* e publicado em 2017 no site do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI). Três elementos se destacam na passagem acima e permitem conexões com dois outros textos de Frei Betto, igualmente fontes e relatos importantes sobre a prisão e sua relação com padre Marcelo. Em

primeiro lugar, o texto explica seu contato com o Seminário Cristo Rei em São Leopoldo e o padre Manuel Valiente, intermediado pelo padre Marcelo. Esses vínculos aparecem na maioria das matérias de jornal consultadas na Hemeroteca Digital e pertencentes a diferentes localidades do país (PE, PR, RJ, RS e SP). Frei Betto os explica com mais detalhes em seu livro *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighela*, originalmente publicado em 1982:

[...] o resto da tarde passamos na igreja da Piedade, acolhidos pelo padre Manuel. O vigário ficara meu amigo através de padre Marcelo Carvalheira, aluno do curso de formadores de seminaristas, no Cristo Rei. Nos fins de semana, padre Marcelo era hóspede da Piedade, na qual assumia algumas missas dominicais (Betto, 1987, p. 65).

Maiores detalhes sobre o seminário são encontrados numa matéria do *Jornal do Brasil* de 8 de novembro de 1969, véspera da prisão de Frei Betto com os padres Manuel e Marcelo. O título e logo o primeiro parágrafo do texto são bem sugestivos das investigações em curso, *Polícia gaúcha garante que seminário abriga subversão*: “O Seminário Cristo Rei, em São Leopoldo, serviu de abrigo a subversivos a caminho da fuga pela fronteira gaúcha – segundo garante o Secretário de Segurança, coronel Jaime Mariath.” (*Jornal do Brasil*, 8 nov. 1969, p. 1 e 13). A matéria aprofunda a relação do frade com a instituição, enfatizando seus estudos, seus livros e os contatos estabelecidos por ele.

Outro elemento destacado por Frei Betto em seu artigo publicado pelo CEBI é a relação de padre Marcelo com dom Helder Camara, igualmente enfatizado em seu livro *Batismo de sangue*:

A presença em Porto Alegre de um assessor de confiança de Dom Hélder era, certamente, motivo para a repressão gaúcha apresentar serviço, pois muitas coisas ocorriam no Estado sem que ela pudesse encontrar o fio da meada. [...] Sem condições de apurar a veracidade dessas informações, eles se esforçavam por salvar sua imagem perante o SNI em Brasília, gravando sermões públicos de um monsenhor suspeito por suas ligações com o Arcebispo de Olinda e Recife (Betto, 1987, p. 81).

Nesse trecho, alguns elementos convergem com os relatos feitos pelo próprio padre Marcelo na carta escrita em 18 de novembro de 1969 para sua família e para o clero de Recife, analisada mais acima. De fato, pesava sobre o padre sua relação com Frei Betto, mas associada ao seu vínculo de origem com dom Helder Camara, pois, se o primeiro explicava sua vinculação à ALN e a Carlos

Marighela, o segundo o remetia ao Nordeste e a uma Igreja sob suspeita, pela sua ação social e sua articulação política.

O terceiro e último elemento presente no texto publicado no CEBI é a transferência dos três (Frei Betto e os padres Manuel e Marcelo) do DOPS de Porto Alegre para o DOPS de São Paulo no mês de dezembro de 1969. A referência a esse momento não foi preservada nas cartas arquivadas no acervo pessoal da família do padre Marcelo. Restam desse momento breve registro na imprensa, em apenas duas matérias de jornal, ou nas cartas escritas na prisão por Frei Betto:

No dia 26 ou 27 de novembro, não tenho certeza, trouxeram-me para São Paulo num avião C-47 da fab. Embarquei na base aérea de Canoas; três horas e meia depois, desci em Cumbica. Havia mais quatro presos políticos comigo, dos quais dois seguiram para o Rio. Em Cumbica, às três da tarde, a polícia da Aeronáutica entregou-me ao Deops. Duas viaturas, cujos policiais portavam armas pesadas, conduziram-me com os outros presos ao prédio do Deops. Na carceragem, guardaram num cofre o que eu trazia de dinheiro, relógio, gilete, canetas, livros, cadernos e fósforos. Fui trancado, com mais três presos políticos, na cela 7, do fundão. Além de dormir e conversar, nada havia a fazer. A cela tinha privada e colchões espalhados pelo chão. Um lençol, estendido de uma parede a outra, servia de “porta” da privada (Betto, 2017, p. 18).

O asterisco consta no original e remete em nota de rodapé justamente a “Marcelo Pinto Carvalheira, da arquidiocese de Recife”, transferido com ele do DOPS de Porto Alegre para o seu equivalente em São Paulo, onde ainda permaneceu detido por cerca de um mês, antes de retornar a Recife no início de janeiro de 1970. Em São Paulo, padre Marcelo esteve preso com Frei Betto e os demais dominicanos detidos na operação iniciada em novembro de 1969. Seu processo também foi encaminhado à Justiça Militar em São Paulo, mas, diferentemente dos outros, foi absolvido e já em 1975 nomeado bispo auxiliar de João Pessoa. Certamente, nessa absolvição prevaleceu o peso da hierarquia católica, através da CNBB, que se articulou nacionalmente e nas arquidioceses de Porto Alegre, Recife e São Paulo, com seus respectivos Conselhos Presbiterais. Vale lembrar que o padre Marcelo Carvalheira já ocupava uma posição de destaque no clero local, como antigo reitor do Seminário de Olinda, reitor do Seminário Regional Nordeste II (SERENE II), assistente da juventude católica e diretor do Instituto de Teologia do Recife (ITER). Sem contar que já assumia a função de assessor imediato de dom Helder e detinha o título de monsenhor (Comissão Estadual Da Verdade E Da Preservação Da Memória Do Estado Da

Paraíba, 2017, p. 526-528).

2. Sacerdote suspeito: a visão dos órgãos de espionagem sobre dom Marcelo Cavalheira

O ano de 1968 é emblemático no que concerne ao entendimento sobre as relações entre segmentos da Igreja Católica no Brasil e a ditadura (1964-1985). Muito embora a Comissão Nacional da Verdade² tenha comprovado os crimes cometidos pelo regime que se instaurou no país desde os primeiros momentos de 1964, a produção historiográfica sobre o tema destaca o ano de instauração do AI-5³ como o período em que, a partir de então, viram-se crescerem as perseguições dos agentes da repressão do governo ditador contra o clero brasileiro.

Conforme Mainwaring (2004), “imediatamente após a decretação do AI nº 5, o regime deu início à perseguição de muitos líderes e assistentes da JOC” (Mainwaring, 2004, p. 153). A Juventude Operária Católica – JOC era formada por segmentos do clero católico e leigos que trabalhavam em fábricas ou que atuavam diretamente no apoio à causa operária. De acordo com Löwy (2000):

A participação de militantes cristãos nas ações consideradas subversivas foi acompanhada por uma repressão que se tornou cada vez mais brutal – prisões, estupros, torturas, assassinatos – contra pessoas relacionadas com a igreja, e até contra membros do clero (especialmente das ordens religiosas), sobretudo após o Ato Institucional nº 5 (AI 5), de dezembro de 1968, que aboliu as liberdades civis e garantias jurídicas ainda existentes (Löwy, 2000, p. 142).

No ano seguinte, a repressão militar assassinou o padre Antônio Henrique. O mesmo atuava no setor de juventude da Arquidiocese de Olinda e Recife, então comandada pelo arcebispo dom Helder Camara. Conforme nos explica Cunha (2008):

Os ataques a dom Helder foram se tornando mais frequentes e perigosos. No início de 1969, ele teve os muros da Igreja das Fronteiras, onde morava, pichado e metralhado. Pouco tempo depois, no dia 27 de

² No Brasil, a Comissão Nacional da Verdade, foi instituída pela Lei nº 12.528/11 e buscou apurar graves violações aos direitos humanos praticados pelo estado brasileiro entre 1946 e 1988, detendo-se especialmente no período da ditadura civil-militar brasileira ocorrida entre 1964 e 1985.

³ O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi o mais rígido dos atos institucionais e marcou o endurecimento oficial da Ditadura Militar. Decretado em 1968, esteve em vigor durante dez anos. O AI-5 promoveu maior centralização do poder ao presidente ditador empossado. Sendo assim, poderia decretar o fechamento por período indeterminado do Congresso Nacional, das assembleias legislativas e das câmaras de vereadores. O ato dava direitos ao presidente de interferir diretamente em estados e municípios ao nomear interventores para cidades e estados do país.

maio desse mesmo ano, foi encontrado nos arredores da Cidade Universitária o corpo do jovem padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, assassinado de forma brutal (Cunha, 2008, p. 150).

Neste período, reverberaram os impactos do Concílio Vaticano II na América Latina, sobretudo no Brasil, a partir da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, ocorrida em fins de 1968 na cidade de Medellín, Colômbia. Na II CELAM, pensaram-se as decisões do II Concílio à luz da América Latina, isto significou compromissos sociais e políticos numa perspectiva de fé libertadora, os quais contribuíram para a inserção de jovens, leigos e leigas e do clero católico na realidade vivida pelos pobres, seja nas periferias das cidades, seja no campo. A análise de tais situações, sua compreensão e atuação para a transformação, por justiça e em defesa dos direitos humanos em tempos de ditadura, fizeram-nos suspeitos e subversivos, segundo a ótica dos órgãos de espionagem.

Para tanto, conforme Fico (2001), “a matéria-prima desses órgãos era o informe, isto é, notícias, dados, esclarecimentos sobre qualquer questão considerada relevante pela lógica do sistema” (Fico, 2001, p. 95). No caso de dom Marcelo Carvalheira, o primeiro informe que consta em seu prontuário é de 30 de setembro de 1968, sobre sua participação em manifesto de solidariedade ao padre Joseph Comblin, ainda quando era vigário episcopal e diretor do Instituto de Teologia do Recife – ITER.

O referido contexto trata das fortes acusações que o padre belga, radicado no Brasil, sofreu ao longo do segundo semestre de 1968 em decorrência de sua análise a pedido de dom Helder Camara sobre o documento base da II CELAM, da qual o arcebispo de Olinda e Recife iria participar. A análise de Comblin, pelo menos tendo como base esse estudo que circulou na imprensa sem a autorização do seu autor, também publicado por Ulisse Floridi (1973), está dividido em oito temas: *1. Situação histórica latino-americana, 2. A igreja e sua responsabilidade, 3. O problema do poder ou problema político, 4. O problema da mentalidade de desenvolvimento, 5. O problema da socialização, 6. A esperança de um futuro melhor, 7. Situação internacional, 8. Perspectivas pastorais.* Nele, a partir das questões descritas acima, há uma profunda análise histórica e sociológica da América Latina na qual se insere a Igreja Católica.

A repercussão orquestrada por um vereador da cidade do Recife, Wandenkolk Wanderley, e por integrantes conservadores do catolicismo brasileiro, como o movimento Tradição Família e Propriedade – TFP, fizeram os órgãos de espionagem da ditadura ampliarem a vigilância e perseguição contra aqueles que estavam, de alguma forma, relacionados com este episódio, entre eles o então vigário episcopal, Marcelo Carvalho, por sua aproximação com o padre Comblin, a quem havia convidado anos antes para ser diretor dos estudos teológicos no ITER, e portanto, seria natural que se manifestasse em solidariedade ao padre belga devido aos ataques que sofrera.

Em seu prontuário nº 9. 573, tendo origem no Serviço Nacional de Informações – SNI, dom Marcelo Carvalho recebe a alcunha de *sacerdote suspeito*. No mesmo, é preenchido um histórico com informes a respeito da espionagem que sofreu pelos órgãos da repressão entre 1968 e 1981, dos quais trataremos a seguir ao analisarmos a visão dos órgãos de espionagem da ditadura brasileira em relação às atividades desenvolvidas pelo referido sacerdote.

Ordenado padre em 1953, durante seu presbitério foi professor no Seminário de Olinda-PE, o primeiro Reitor do Seminário Regional do Nordeste e assistente eclesialístico da Ação Católica. Em 1975, aos 47 anos, foi nomeado bispo auxiliar da Paraíba pelo Papa Paulo VI, tendo como concelebrantes da sua ordenação episcopal dom Helder Câmara e dom José Maria Pires (arcebispo metropolitano da Paraíba). Em 1981, tornou-se o primeiro bispo da diocese de Guarabira-PB, onde permaneceu até 1995, quando se tornou bispo metropolitano da Paraíba.

A preocupação em discorrermos sobre alguns anos de forma específica diz respeito à necessidade para melhor compreensão dos registros elaborados pelo SNI, pois, não por acaso, os mesmos começam a ser elaborados em 1968, quando se tornam públicas as implicações contra o padre Comblin e ficam mais robustas em meados dos anos 1970, no contexto da sua nomeação episcopal, encerrando-se em 1981, período em que assume enquanto bispo a diocese de Guarabira.

Conforme Fico (2001),

Alguns documentos eram rotineiramente produzidos pelos órgãos de informações e obedeciam a um formato preestabelecido: o Levantamento de Dados Biográficos, a Ficha Conceito, o Prontuário e o Juízo Sintético. O Levantamento de Dados Biográficos era especialmente utilizado quando da nomeação de alguém para um cargo público (Fico, 2001, p. 98).

No prontuário de dom Marcelo Carvalheira em seus dados biográficos constam seu nome completo, sua filiação e profissão: sacerdote, acrescido da expressão *suspeito*. Em seguida, o histórico de informes, data de emissão dos mesmos e fonte. São 85 informes entre 1968 e 1981 no referido prontuário nº 9.573, originário do SNI. Para Silva (2014), “essa mecânica dos registros, [...] sinaliza uma forma, [...] da classificação e confecção das peças informacionais a serviço da repressão. Coloca os indivíduos num campo de vigilância e enquadramento permanente” (Silva, 2014, p. 95). Obviamente que, em virtude do quantitativo e da inviabilidade de citações de todos no presente artigo, destacaremos alguns que demonstram como funcionava o processo de espionagem constante e a tentativa de criminalizar as ações de dom Marcelo Carvalheira.

Como já salientamos, os primeiros informes que constam no prontuário são do ano de 1968 em referência ao apoio e solidariedade que o então padre Marcelo prestou ao padre Comblin. Em seguida, em informação do dia 19 de dezembro de 1968, consta a informação de que teria sido líder da reunião dos presbíteros no Giriquiti (rua no bairro da Boa Vista – Recife, em que ficava a Cúria), em que, além de fortes ataques contra as Forças Armadas, teria surgido a orientação para que os sinos repicassem no dia de finados em protesto contra a ditadura.

Não encontramos anexos a esta informação outros documentos que a comprovem, tais como boletins, textos ou ata da reunião citada, mas as informações do referido prontuário foram difundidas internamente, em caráter confidencial, no ano de 1983 e avaliada como informação A-1. Ou seja, o maior grau de veracidade nas informações produzidas pelos órgãos de repressão, de acordo com a sua própria metodologia de sistematização do nível de confiabilidade no que se refere aos informes produzidos, uma vez que, “a fonte da informação era classificada com letras que variavam de “A” a “F”, de acordo com

a sua fidedignidade. Do mesmo modo, a veracidade do conteúdo da informação era classificada com notas de 1 a 6” (Fico, 2001, p. 95). Sendo assim, a avaliação da informação classificada em A-1 era considerada altamente verdadeira e confiável. De tal maneira que dificilmente as informações contidas no prontuário de dom Marcelo Carvalheira são inverídicas de acordo com a métrica do sistema repressor, no entanto, por se tratar de arquivos da repressão, é importante estarmos atentos às nuances da produção dessa informação, sua descontextualização e as interpretações que são feitas da mesma.

Sobre o conceito de arquivos da repressão, Bauer e Gertz (2012) explicam-nos que “são conjuntos documentais produzidos pelos órgãos da informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não-democráticos” (Bauer; Gertz, 2012, p. 177). De tal maneira que a produção dessas informações ocorria em meio à ilegalidade que caracterizava o próprio regime de exceção vivido, bem como também rompia com o verniz de legalidade elaborado pela ditadura, pois eram criadas a partir de roubos, buscas e apreensões ilegais, torturas, para citar alguns exemplos.

Por servir à repressão, obviamente esses documentos tinham a característica de subsidiar a rede de espionagem da ditadura sobre os indivíduos considerados inimigos do regime e, outrossim, sobre aqueles que se puseram em oposição e, desta feita, construírem contra os mesmos a criminalização. De tal forma que “o uso da calúnia como recurso de difamação ao adversário, com o objetivo de neutralizar a sua ação, foi prática comum às polícias” (Silva, 2014, p. 110). Por isso que, em informação oriunda do Comando do IV Exército, de 11 de setembro de 1975, buscou-se desqualificar dom Marcelo Carvalheira, certamente, e não por acaso, por ocasião do contexto da sua nomeação como bispo auxiliar da Paraíba. Diz o texto:

O nominado é membro do Setor Rural da Operação Esperança, órgão da Diocese de Olinda e Recife, subordinada diretamente a D. Helder Câmara. Trabalha no Instituto Teológico do Recife, onde vem propagando as idéias humanísticas do Padre Lebrete. Por ocasião da Revolução de 1964, homiziou inúmeros subversivos em seminários de Olinda-- e Recife, impedindo diligências de órgãos de segurança. Mantinha ligações políticas subversivas com Antonio Bezerra de Souza Filho e outros militantes da APML, dando homizio e ensinando princípios marxistas. (Prontuário Nº 9.573, p. 03)

A informação oriunda do IV Exército apresenta vários elementos de intencionalidade para a criminalização da atuação do ainda padre Marcelo, quais sejam, a vinculação a dom Helder – a esta altura inimigo público do governo brasileiro, sobretudo devido a suas denúncias no exterior sobre a prática de torturas por agentes do governo ditador no Brasil –, a contribuição do padre em favor dos perseguidos desde a primeira hora do golpe de 1964 e a tentativa constante de construir a subversão em suas ações e ideias. Sobre esta última, alegava-se a perspectiva subversiva oriunda da sua possível relação com o marxismo, termo de praxe utilizado na tentativa de promover ataques contra lideranças católicas, uma vez que se criava no senso comum a relação com o comunismo e o ateísmo.

A informação seguinte, em seu prontuário, mencionou a nomeação feita por Papa Paulo VI para que se tornasse bispo auxiliar da Paraíba. Consta no histórico do seu prontuário, em data de 04 de maio de 1978, que, atendendo a solicitações, faz-se circular informações sobre as atividades subversivas de dom Marcelo Carvalheira. Em anexo à informação *Nº 488/SSP/PE/78, de 26 maio, difusão: ARE/SNI*, são transmitidos os antecedentes construídos pelos órgãos de espionagem sobre dom Marcelo, dentre os quais constam as seguintes informações: sua prisão em Porto Alegre, no ano de 1969, por ocasião da relação com Frei Betto e sua participação nas atividades da arquidiocese de João Pessoa, segundo os órgãos de repressão, iniciativas que compõem a esquerda clerical.

Percebemos que uma das tentativas da repressão é conectar as ações de dom Marcelo em nome dos direitos e da justiça à subversão. Um desses episódios tem relação com a sua aproximação com o movimento estudantil. Em 03 de agosto de 1978, consta que:

Em atendimento ao PB 1641/116/ARE/78, foi informado que só o Clero tem conseguido um maior destaque no processo subversivo desenvolvido na área da SR/MT/PB (mormente agora, com o fim da censura à Imprensa), sendo os meios rural e estudantil os mais explorados. O epigrafado, é um dos principais participantes na prática daquelas atividades (Prontuário Nº 9.573, p. 09).

A informação destacou os meios rural e estudantil como áreas de atuação mais frequentes do clero esquerdista, grupo este denominado de subversivo pela repressão, do qual fazia parte dom Marcelo. De fato, o bispo tinha relação mais

estreita com a educação, sendo assim, com o movimento estudantil. Mas, tal prática não tinha sentido estratégico na luta de enfrentamento contra a ditadura. Dom Marcelo Carvalho possuía em sua trajetória sacerdotal a proximidade com o ambiente educativo e de formação, uma vez que tivera atuado na formação de seminaristas desde seus primeiros anos presbiterais, na direção do Seminário Regional e no ITER. Enquanto bispo auxiliar da Paraíba e depois bispo de Guarabira, atuou no processo de formação de crianças e jovens que não frequentavam a escola. A sua identificação com o movimento estudantil e a busca por seu apoio por parte de tal movimento estavam relacionados com a referida trajetória.

Em resposta à comunicação solicitada pelo SNI, em 11 de julho de 1978, foi informado que membros do clero católico possuíam ligações com o Partido Comunista Revolucionário – PCR, inclusive o bispo auxiliar da Paraíba. Em seguida é detalhada a seguinte informação:

Com as recentes prisões de militantes do PCR, no Recife/PE, setores mais expressivos da Igreja, na pessoa do nominado e de outros religiosos, manifestaram apoio irrestrito aqueles elementos, seja pela promoção de Vigílias, seja valendo-se de pregações durante atos litúrgicos para mobilizar a opinião pública contra as autoridades constituídas (Prontuário Nº 9.573, p. 10).

Grande parte das posições tomadas pelo clero contra as injustiças e em defesa dos injustiçados nos tempos da ditadura foram rotuladas de subversão, comunismo, marxismo. Como disse dom Helder Camara, anos mais tarde, em 1981 na missa dos quilombos ao proferir sua conhecida invocação à Mariama, “claro que dirão, Mariama, que é política, que é subversão. É Evangelho de Cristo, Mariama. Claro que seremos intolerados” (Camara, 1981). Ou seja, a atuação do clero católico denominado subversivo, de esquerda ou progressista, em sua maioria, tem mais relação com o evangelho do que com qualquer perspectiva ideológica política que normalmente se atribuiu a tal segmento.

Num dos informes onde é descrita uma fala de dom Marcelo Carvalho é possível perceber a orientação para sua atuação ao destacar o papel da igreja, ou seja, “a Igreja deve lutar pela transformação profunda da sociedade e que as Comunidades Eclesiais de Base, a organização e união dos pequenos, os movimentos populares sob a inspiração de Evangelho, devem ser contínuos

fatores de transformação social" (Prontuário Nº 9.573, p. 13). É o evangelho como motor propulsor das suas ações e do povo, mas, na tentativa de construir uma narrativa de subversão contra os que se posicionavam na contramão das ilegalidades praticadas pelo governo ditador, os órgãos de espionagem vão forjando e consolidando tal ideia internamente para alimentar as ações repressivas.

Durante o ano de 1978, conforme mencionamos, predominaram no prontuário de dom Marcelo informes sobre sua relação com o movimento estudantil, sobretudo sua participação em ações de solidariedade a Edval Nunes, conhecido por Cajá e membro do PCR. O mesmo foi preso e torturado no referido ano, motivo pelo qual diferentes setores da sociedade civil se manifestaram em seu apoio, bem como setores da igreja católica – leigos e clero, estudantes e demais segmentos dos movimentos sociais. Fora associado a dom Marcelo um panfleto que circulou na diocese de Guarabira com o seguinte título: *Cajá: prisão e tortura de quem luta pela justiça*. Com informe de 15 de setembro de 1978, o prontuário de dom Marcelo chama a atenção para o seguinte:

O nominado, responsável pela Pastoral da Juventude do Regional Nordeste II, informou que a Pastoral Universitária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) promovera no dia 12 Set 78, em todo o País, um "Dia Nacional pela Libertação de EDIVAL NUNES - "CAJÁ", testemunhando desta forma sua solidariedade ao estudante preso e ao mesmo tempo expressando que "ser cristão significa também lutar contra todas as formas de injustiças, quer sejam econômicas, políticas, culturais ou "sociais" (Prontuário Nº 9.573, p. 10).

A informação sobre o ato em solidariedade a Edval Nunes Cajá e a colaboração do bispo auxiliar da Paraíba geraram acusações e afirmações conclusivas contra o mesmo. De acordo com a informação que se seguirá para os órgãos de espionagem, tal movimento de dom Marcelo Carneiro em manifestação de solidariedade pública ao estudante preso, significava a reativação do movimento esquerdista na Paraíba, sendo o bispo um dos articuladores deste movimento.

No início dos anos 1980, foi acusado de marxismo por participar do Movimento de não-violência. O mesmo tinha, na verdade, sintonia com o arcebispo de Olinda e Recife, pois a temática da não-violência aparece em uma série de livros escritos por dom Helder Câmara, tais como *Révolution dans la*

paix, publicada em Paris pela Éditions du Seuil (1970). Publicados pela também francesa Desclée De Brouwer, temos ainda: *Spirale de violence* e *Pour arriver à temps* (1970), e *Le désert est fertile: feuilles de route pour les minorités abrahamiques* (1971)⁴. Nessas obras, questões como a luta pela mudança das estruturas sociais injustas de maneira não violenta e a revolução necessária são algumas das questões discutidas. Mas, a partir de tal perspectiva, relacionar ao marxismo era a maneira utilizada para caluniar, para colocar o outro em situação de comportamento desviante e justificar a espionagem e a repressão, ou seja, contra a não violência, a violência.

Dom Marcelo Carvalheira, seja pela relação de aproximação que tivera com membros da Igreja Católica espionados pelos órgãos de repressão da ditadura, como dom Helder Camara, dom José Maria Pires, Frei Betto, o padre Joseph Comblin, para citar alguns, seja por sua atuação em favor de uma igreja que luta em defesa dos injustiçados, conforme preconiza o evangelho, foi preso e espionado. Cada passo seu foi vigiado, palestras e encontros de que participou, as pastorais vinculadas à sua diocese, atividades de apoio ao homem e à mulher do campo – como o conflito existente nas fazendas reunidas de Alagamar-PB –, entrevistas publicadas em jornais, as suas missas etc.

Se no seu prontuário nº 9.573 consta a inscrição: sacerdote suspeito, de suspeito dom Marcelo Carvalheira foi transformado em subversivo e marxista de acordo com os órgãos de espionagem da ditadura brasileira, simplesmente por viver a partir das suas ações, conforme afirmou dom Helder, o evangelho de Cristo.

Conclusão

A partir da análise das cartas escritas na prisão (DOPS de Porto Alegre), das matérias de jornais da época, dos relatos de uma das testemunhas dos acontecimentos (Frei Betto) e dos prontuários, procuramos analisar o contexto da ditadura civil-militar a partir da trajetória de dom Marcelo Carvalheira entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1980. O objetivo principal foi entender

⁴ Algumas das obras citadas que foram publicadas em português: *Revolução dentro da paz* (1968), *Espiral de Violência* (1978) e *O deserto é fértil* (1975).

os mecanismos adotados pelos agentes da repressão a fim de incriminar seus opositores e de levá-los à prisão e, em alguns casos, até a tortura e a morte.

Sendo assim, os documentos aqui utilizados foram intencionalmente pensados para permitir observar a complexidade do contexto político vivido naquele período. Num primeiro momento, contemplamos as fontes produzidas por aqueles que eram objeto da perseguição e da repressão política, sobretudo dom Marcelo Carvalheira, tema central da discussão. Com isso, procuramos perceber os principais elementos que compõem sua narrativa e a justificativa que dão a cada um deles. Em seguida, abordamos os documentos produzidos pelo aparato repressivo, DOPS e SNI, visando identificar suas estratégias e a trama que habilidosamente construíam para atingirem seus objetivos.

No que diz respeito especificamente a dom Marcelo Carvalheira, concluímos que, apesar de ter sido preso por cerca de 2 meses e colocado sob permanente investigação ao longo de quase 20 anos, nunca chegou a ser efetivamente condenado nem tampouco submetido a torturas ou qualquer outro tipo de ação mais violenta. Entendemos que isso se deveu ao respaldo institucional que rapidamente entrou em ação no sentido de protegê-lo e evitar que fosse tragado pelas engrenagens repressivas, de cujas entranhas talvez não tivesse escapado. Em que sua condição social ou sua posição hierárquica o distinguiu, por exemplo, do Frei Tito de Alencar, literalmente esmagado pela ditadura? Não teria sido essa, talvez, a intenção da Igreja ao nomeá-lo bispo auxiliar de João Pessoa já em 1975, quando em geral as nomeações episcopais custam a ocorrer?

REFERÊNCIAS

Apreendidas armas no RGS. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de novembro de 1969, p. 5.

BAUER, Caroline Silveira e GERTZ, René E. **Arquivos de Regimes Repressivos: fontes sensíveis da História recente**. IN: PISNKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina (Org.). *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighela**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

BETTO, Frei. **Cartas da prisão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BETTO, F. Dom Marcelo Carvalho, cristão intransigente. **Centro de Estudos Bíblicos**, São Leopoldo, 5 abr. 2017. Disponível em: <https://cebi.org.br/noticias/dom-marcelo-carvalho-cristao-intransigente-frei-betto/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações-SNI. Prontuário nº 9573 Marcelo Pinto Carvalho. 1983. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

CAMARA, Helder Pessoa. **Mariama**. Recife, 1981. Disponível em: <https://www.a12.com/academia/catequese/mariama>. Acesso em: 25 mar. 2024.

CARVALHEIRA, M. P. **Carta da prisão à família e aos amigos**, Porto Alegre, DOPS, 17 nov. 1969.

CARVALHEIRA, M. P. **Carta da prisão a dom Helder Camara e ao clero**, Porto Alegre, DOPS, 17 nov. 1969.

CARVALHEIRA, M. P. **Carta da prisão à família, aos amigos, a dom Helder e ao clero**, Porto Alegre, DOPS, 18 nov. 1969.

CUNHA, Diogo. **Estado de exceção, Igreja Católica e repressão**: o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto. Recife: O autor, 2008.

Frade queria guerrilha. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 nov. 1969, p. 1.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FLORIDI, Ulisse Alessio. **O radicalismo católico brasileiro**: para onde vai o catolicismo progressista no Brasil. Trad. Lenildo Tabosa Pessoa. São Paulo: Hora Presente, 1973.

LÖWY, Michael. **A Guerra do Deuses**: religião e política na América Latina. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LÖWY, Michael. **Cristianismo da libertação e marxismo**: de 1960 aos nossos dias. In: RIDENTE, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (org.). História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Braziliense, 2004.

MALATIAN, Teresa. **Cartas**: narrador, registro e arquivo. In: PISNKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Org.). O Historiador e Suas Fontes. São Paulo: Contexto, 2012.

O elo dominicano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 jun. 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs07069808.htm>. Acesso em 29 mar. 2024.

PARAÍBA (Estado). COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório final**. Paulo Giovanni Antonino Nunes et al. João Pessoa: A União Editora, 2017.

Polícia gaúcha afirma que frei Beto pediu até armas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 nov. 1969, 1º cad., p. 16.

Polícia gaúcha garante que seminário abriga subversão/Polícia diz que frade ajudava subversivos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 nov.1969, p. 1 e 13.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, Repressão e Memória**: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora UFPE, 2014.